

Santos acende luz amarela em gastos

Despesas com o funcionalismo atingiram 51,46% da receita, 0,16 ponto acima do limite prudencial; Prefeitura afirma já estar agindo

GUSTAVO T. DE MIRANDA
DA REDAÇÃO

Sinal de preocupação na Secretaria de Finanças de Santos. O relatório demonstrativo de despesas com folha de pagamento da Prefeitura no segundo quadrimestre (de maio a agosto) indica superação do limite prudencial de gastos do tipo fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De setembro de 2014 a agosto último, a Cidade gastou mais de R\$ 950 milhões com pessoal. O montante representa 51,46% da receita corrente líquida do Município.

O limite de prudência, segundo a lei, é de 51,3% e o legal, de 54% da somatória da arrecadação de tributos, de contribuições econômicas e sociais, da exploração do patrimônio, receitas industriais, de serviços, transferências recebidas e de outras receitas.

Os números integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e foram publicados ontem no Diário Oficial do Município. Também foram apresentados em uma audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Santos, na manhã de ontem, momentos antes de o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) entregar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) à Casa (veja matéria nesta página).

Na apresentação aos vereadores e outros cidadãos, o chefe do Departamento de Controle Financeiro da Secretaria de Finanças, Adriano Luiz, admite que tal resultado tem "gerado



Após apresentação dos dados referentes ao período de maio a agosto, prefeito Paulo Alexandre Barbosa levou projeto orçamentário à Câmara

preocupação significativa da Administração, que agora tem uma série de medidas a tomar. Todos nós da área de finanças estamos bastante preocupados", afirma.

Segundo o secretário de Fi-

nanças, Álvaro dos Santos Silveira Filho, o comprometimento com a folha de pagamento chegou a tal ponto porque a evolução dos gastos com pessoal teve ritmo mais acelerado do que os recebimentos do Mu-

nicipio. "Ela cresceu 5,9%, e a arrecadação, 4,7%. Sentimos este reflexo".

MENOS RECEITA

Na prática, o secretário afirma que a Prefeitura está sentindo

os efeitos da diminuição dos recolhimentos de tributos como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo Silveira Filho, o Município age para diminuir

Contraponto

Apesar de o índice de despesas com pessoal ser preocupante, a situação atual representa o momento de grave crise econômica pelo qual passa o Brasil. Esta é a opinião do presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, vereador José Lascane (PSDB). "Não acredito que ultrapasse os 52%, porque vai ter a entrada da anistia parcial das dívidas dos impostos com juros na multa. E também verba do convênio com a Sabesp".

seus gastos com a folha de pagamento desde o início do ano.

"Já não são permitidas horas extras, e as contratações que fazemos são apenas para a reposição de profissionais nas áreas de saúde e educação. Acredito que o último quadrimestre (de setembro a dezembro) vai ser capaz de reverter essa situação", analisa.

Prefeituras e agentes públicos que não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal estão sujeitos a punições. Municípios podem ser impedidos de receber transferências ou contratar operações de crédito. Os administradores podem perder a função pública por até cinco anos, além da possibilidade de cassação e prisão.

Receita crescerá menos que inflação

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016 prevê que a Prefeitura vai perder R\$ 125 milhões em relação ao orçamento deste ano. Considerando a inflação acumulada dos últimos 12 meses — 7,06%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) —, a previsão de arrecadação santista deveria ser de, ao menos, R\$ 2,675 bilhões no ano que vem.

O Município prevê, no projeto apresentado à Câmara de Santos ontem, receita de R\$ 2,550 bilhões. Na prática, isso significa que haverá retração no poder de gastos da Cidade na ordem de 5%, na comparação com este ano.

Logo após entregar a peça orçamentária ao presidente da Câmara, vereador Manoel Constantino (PMDB), o prefeito Paulo Alexandre Barbosa afirmou que o cenário de cortes não assusta. "A tarefa de ajustar e promover cortes é inerente à administração pública. É sempre possível fazer ajustes", diz.

Além disso, o secretário de Finanças de Santos, Álvaro dos Santos Silveira Filho, confirmou que a previsão orçamentária de Santos para 2015 não se concretizará: o ano vai fechar com arrecadação 6% abaixo da estimada. "É reflexo na queda na arrecadação de impostos"



Barbosa (à esq.) entregou documento a Constantino e disse que "é sempre possível fazer ajustes" ao texto

Orçamento estava inflado, diz consultor

O orçamento de Santos para este ano estava inflado. É a opinião do jornalista e consultor em finanças públicas Rodolfo Amaral. "A Prefeitura contava com a receita do Santos Novos Tempos, que não se concretizou", diz, ao mencionar o programa para redução de enchentes na Zona Noroeste da Cidade e que ficou sem verba do Banco Mundial. Para Amaral,

será muito difícil o Município reverter o cenário do limite prudencial dos gastos com pessoal (veja matéria acima). "A tendência é extrapolar o limite, pois há queda real na arrecadação", analisa o consultor. Para ele, quem faz um orçamento municipal mais justo — sem exagerar nas previsões — não vai sofrer grande impacto.

Cubatão planeja recuperar R\$ 766 milhões em crédito

DA SUCURSAL

A Prefeitura de Cubatão está na expectativa de recuperar parte dos débitos da dívida tributária formada pelo atraso no pagamento de impostos por parte de pessoas físicas e jurídicas. O débito reclamado aos contribuintes chega R\$ 766 milhões. Para buscar estímulos e acordos no pagamento da dívida, adotou o Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

Empresas devedoras de tributos municipais em Cubatão podem parcelar os débitos, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal. Além de prazos para liquidar a dívida, o programa deste ano concede desconto de até 50% nas multas sobre o ISS, as que mais oneram o tributo pago em atraso.

O Refis é mais uma medida adotada pela Prefeitura para enfrentar a queda de arrecadação tributária provocada pela crise econômica. Instituído no dia 9, o programa permite aos contribuintes de Cubatão pagarem seus débitos em atraso com a Prefeitura com isenções de multas moratórias e juros.

Segundo o diretor do Departamento da Receita Municipal, Paulo Egídio Teixeira, as multas punitivas são de 100% sobre o ISS em atraso, que fica acrescido, também, das multas moratórias. "Nos Refis de anos

anteriores, havia isenções para as multas moratórias, mas não para as punitivas, que são as que mais encarecem o pagamento do ISS fora do prazo". Mas a isenção de 50% na multa ocorre em casos de pagamento à vista e não impede que o contribuinte em atraso tenha isenções, também, para as multas moratórias.

PEQUENOS E MÉDIOS

A novidade beneficiará, principalmente, as pequenas e médias empresas, onde há mais casos de ISS em atraso.

O contribuinte tem até a primeira semana de dezembro para saldar suas dívidas com a Prefeitura — entre elas o IPTU, em até 40 vezes, com descontos de multas e juros. E terá isenção total desses encargos caso decida pelo pagamento à vista.

O Refis 2015 foi instituído pela Lei Complementar 81, sancionada pela prefeita Marcia Rosa (PT). Os parcelamentos e isenções beneficiarão pessoas físicas e jurídicas cujas dívidas tributárias ou não tributárias venceram até 31 de dezembro de 2014. O prazo para aderir é de 90 dias, e o contribuinte poderá fazer acordo com a Prefeitura mesmo que o débito esteja sendo cobrado judicialmente.